

Nova frente de investigação

Promotoria de Defesa do Consumidor abre inquérito para apurar denúncias de propaganda enganosa realizada por empresa que emitia diplomas sem validade



Monique Renne/CB/D.A Press



Na fachada da loja, o Instituto Latino-Americano de Línguas informa que o supletivo é reconhecido pelo MEC

» GUILHERME GOULART

O Instituto Latino-Americano de Línguas (Ilal) sofrerá investigação em duas frentes pelo Ministério Público do Distrito Federal (MPDF). Depois da Promotoria de Defesa da Educação (Proeduc), chegou a vez de a Promotoria de Defesa do Consumidor (Prodecon) instaurar inquérito para apurar denúncias de irregularidades nas cinco unidades da escola na capital do país. Ela é suspeita de envolvimento em esquema de venda e emissão de históricos escolares e certificados de conclusão de ensino médio sem autorização da Secretaria de Educação.

Enquanto a Proeduc fica por conta da apuração de oferecimento ilegal de supletivos e da farra de documentos sem valor, a Prodecon se aprofunda nos indícios de propaganda voltada para induzir o consumidor ao erro (**leia quadro**). O material informativo e pinturas nas fachadas do Ilal, por exemplo, chamam a atenção para credenciamento no Ministério da Educação (MEC). “Estou preocupado com a publicidade enganosa e abusiva. Isso é crime e tem de ser apurado”, afirmou o promotor Guilherme Fernandes, da Prodecon.

Fernandes abriu a investigação ontem à tarde, logo depois de receber do Instituto de Defesa do Consumidor (Procon) sete reclamações de pessoas atingidas pelas fraudes. A maioria das vítimas ignorava que os documentos não tinham validade e agora está sob o risco de perder a vaga conquistada em universidades públicas e particulares da capital do país. O promotor também orienta pais e estudantes a procurar a Prodecon para encaminhar mais denúncias. “Os consumidores que se sentiram lesados devem nos procurar pessoalmente”, explicou.

Punições

A opção por se manter o caso em duas promotorias ocorreu após encontro entre Fernandes e representantes da Proeduc. A promotoria especializada em educação abriu inquérito na última sexta-feira. As promotoras Jaqueline Gontijo e Márcia Rocha receberam das mãos da responsável pela Coordenação de Supervisão Institucional e Normas de Ensino (Cosine), Leila Pavanelli, documentos com informações e provas contra o Ilal. O órgão da Secretaria de Educação do DF descobriu as falhas da instituição, denunciadas com exclusividade pelo **Correio**.

Em ambas as frentes de apuração, os proprietários do Ilal podem sofrer punições que vão de multa a perda da atividade. Assim, não se descarta a possibilidade de as cinco unidades — a sede na Asa Sul, uma na Asa Norte, uma em Águas Claras e duas em Taguatinga — serem fechadas pelos órgãos de fiscalização do DF. Os donos do Ilal ainda não foram identificados pelo Ministério Público ou pelo Procon. Pais e estudantes revoltados com a situação têm acesso apenas a advogados. Assim como a imprensa.

As investigações

- O caso Ilal será apurado em duas frentes no Ministério Público. Confira cada uma das atribuições:
- » **Promotoria de Defesa do Consumidor (Prodecon)**
Ficará por conta da publicidade enganosa. Informativos, cartazes e pinturas feitas nas fachadas das unidades do Ilal no DF informam que os supletivos oferecidos e os certificados emitidos têm credenciais do Ministério da Educação (MEC). A promotoria ouvirá vítimas e recolherá os materiais que induziram centenas, talvez milhares, de pessoas ao erro.
 - » **Promotoria de Defesa da Educação (Proeduc)**
Investigará os oferecimentos de supletivo e a distribuição de declarações e certificados sem valor perante as autoridades locais de educação. O Ilal é acusado de emitir diplomas de conclusão de ensino médio, mas não tem autorização da Secretaria de Educação do DF. A promotoria também vai apurar denúncias de aprovações fraudulentas de menores de 18 anos pelo programa Educação de Jovens e Adultos (EJA), em educação a distância. A prática é proibida pela Resolução nº 1, de 2009, do Conselho de Educação do Distrito Federal.

www.correiobrasiliense.com.br



Comente esta reportagem na versão publicada no site do **Correio Brasiliense**